

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Parte da história à venda	2
Título: Sem usinas da Cemig, revisão da meta fiscal é quase obrigatória	3
Título: Açucarado	5
Título: Criatividade na crise	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Reajuste diário da Petrobrás demora a chegar às bombas	6
Título: Governo vai devolver R\$ 1,1 bi a consumidores.....	8
Título: Ataques de piratas chegam ao eixo Rio-São Paulo	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Odebrecht Óleo e Gás prevê sair da "lista negra" da Petrobras em 2017.....	10
Título: Tesla lança carro elétrico mais barato para tentar tornar modelo rentável	12
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Energia nuclear?	13
VEÍCULO: Valor Econômico	14
Título: Sinal de preço e integração de gás natural e energia elétrica	14
Título: Incêndio em refinaria.....	17
Título: Cemig usa crise para empurrar acordo.....	17
Título: Vestas defende leilões de geração	19
Título: Unipar sai do controle da Tecs após 6 anos	20
Título: Usiminas começa a reverter má fase com lucro no ano	22
Título: Ipiranga e Ale propõem ao Cade venda de postos	24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Parte da história à venda**

Para reduzir endividamento, Petrobras pretende se desfazer de campos antigos, como o de Guaricema, primeira exploração no mar no Brasil, e Enchova, onde começou a produção na Bacia de Campos .

No caminho para equilibrar as finanças, a Petrobras está se desapegando até mesmo de parte de sua história. Com foco na redução da dívida — de R\$ 364,8 bilhões no primeiro trimestre — e em projetos que oferecem retorno mais rápido, a estatal incluiu na sua lista de ativos à venda campos de petróleo que marcaram a trajetória da companhia. A estatal pretende se desfazer de sete conjuntos de campos de petróleo em águas rasas, num total de 30 concessões. Entre eles, está o de Guaricema, no litoral de Sergipe, a primeira descoberta de petróleo no mar no Brasil, em 1968, onde foram testadas as primeiras tecnologias voltadas para campos marítimos.

META DE LEVANTAR US\$ 21 BI

Como a própria Petrobras destaca na exposição que marcou os 60 anos da companhia, investir na exploração do campo foi, na época, uma decisão estratégica, pois o país importava petróleo a baixo custo (US\$ 3 por barril). No mesmo ano, porém, foi criada a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), e o cenário para o produto começou a mudar, com alta de preços. Na lista, consta ainda o Campo de Enchova, o primeiro a iniciar a produção de petróleo na Bacia de Campos, com exploração comercial a partir de 1977, com uma produção de dez mil barris por dia numa plataforma flutuante. A exploração de petróleo na região completa 40 anos em 2017. A exploração de petróleo no Campo de Enchova também é marcada por um dos maiores acidentes numa plataforma da Petrobras. Em agosto de 1984, um incêndio destruiu a plataforma e uma das embarcações de emergência despencou ao ter o cabo rompido.

O acidente, que matou 37 pessoas, foi causado por um vazamento de gás num poço que estava sendo perfurado. Em comunicado ao mercado na noite de sexta-feira, a Petrobras explicou que enviou informações (teasers) a potenciais interessados nos sete conjuntos de campos de águas rasas, que envolvem um total de 30 concessões para cessão de exploração e desenvolvimento da produção. O objetivo é contribuir para que a companhia atinja a meta de levantar US\$ 21 bilhões com a venda de ativos no biênio 2017-2018.

‘BOM PARA PETROBRAS E MACAÉ’

Na avaliação de Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a estratégia da Petrobras é correta pois os campos estão em declínio natural. De acordo com o especialista, para recuperar sua produção é necessário o uso de tecnologia específica e de custo elevado, o que não compensaria para uma petroleira de grande porte. O especialista cita empresas como Schlumberger e Halliburton como potenciais interessadas nesse tipo de ativo. — Faz muito sentido vender esses campos que estão produzindo mais água do que petróleo e estão com a curva de produção em declínio. Eles precisam de uma operadora que entenda desse negócio e coloque dinheiro lá porque para uma companhia de grande porte, como a Petrobras, é desperdício. Ela tem de focar no desenvolvimento de campos grandes no pré-sal.

Será bom para a Petrobras vender esses campos e para Macaé, que terá novos investimentos de outras empresas — disse Pires. Em outro sinal de mudança no setor de petróleo, segundo o colunista do GLOBO Lauro Jardim, em junho, a produção de petróleo do pré-sal chegou a 1,352 milhão de barris, superando a do pós-sal, de 1,321 milhão. A parcela da Petrobras na produção média de petróleo e gás natural dos campos à venda no primeiro semestre foi de 73 mil barris de óleo equivalente por dia. No comunicado ao mercado a Petrobras informou que é operadora de todas as 30 concessões, com 100% de participação, exceto nas dos campos de Pescada e Arabaiana, onde é operadora com fatia de 65%, em parceria com a Ouro Preto Óleo e Gás. Nestes casos, o parceiro pode optar por exercer o direito de preferência na aquisição.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck

Título: Sem usinas da Cemig, revisão da meta fiscal é quase obrigatória

Governo contava com receita de leilão de hidrelétricas. Edital foi adiado

Duas decisões tomadas na sexta-feira, a redução do aumento do PIS/Cofins sobre o etanol e o adiamento da publicação do edital para o leilão de quatro usinas da Cemig, tornam praticamente obrigatória a revisão da meta fiscal deste ano, para um déficit maior que os R\$ 139 bilhões previstos inicialmente. O discurso é que a meta precisa ser perseguida, preferencialmente com redução de gastos. No entanto, o Orçamento já foi contingenciado em R\$ 45 bilhões, quase paralisando a máquina pública. O que restou foram gastos compulsórios com folha de pagamento e Previdência. Como essas despesas dependem de mudanças legais para se tornarem mais enxutas, a avaliação é que ou se consegue mais receita ou a meta terá de ser alterada. A equipe econômica precisa tanto das receitas de aumento de impostos quanto de concessões.

A mudança na alíquota do etanol foi feita porque o governo havia excedido o limite legal para alterações no PIS/Cofins sobre o produto. Com isso, a arrecadação prevista com o aumento do imposto vai cair R\$ 502 milhões, de R\$ 10,4 bilhões para R\$ 9,9 bilhões. Esse é um problema menor que o das usinas da Cemig. O governo esperava arrecadar R\$ 11 bilhões este ano. Na semana passada, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o governo refaça cálculos antes de publicar o edital. O TCU questiona a exigência que os ganhadores do leilão paguem bônus de outorga na assinatura dos contratos, este ano. Se o pagamento não entrar em 2017, a meta não será atingida. O tribunal exigiu que o Ministério de Minas e Energia refaça o cálculo do custo médio ponderado de capital, usado na definição do leilão.

A corte questiona os cálculos, alegando que “não estão presentes riscos de negócio relevantes”, já que as usinas estão operando. O governo não desistiu das usinas, mas sabe que terá problemas para fechar as contas também em 2018, quando a meta é de um déficit primário de R\$ 129 bilhões. Por isso, os técnicos trabalham no corte de despesas obrigatórias. Além da reforma da Previdência, assim que a Câmara votar a aceitação da denúncia contra o presidente Michel Temer esta semana, o governo quer limitar o ganho dos servidores. Já está em estudo o adiamento do reajuste do funcionalismo, mas a área econômica quer reduzir gastos com benefícios que os servidores dos três poderes recebem e que fazem com que os ganhos extrapolem o teto do funcionalismo.

Pela Constituição, o teto da União é o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal. No Planalto, o núcleo político vem discutindo com a área econômica permitir rombo maior nas contas. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deu sinal verde para que a equipe sonde o mercado sobre o dano que a medida causaria. Será dele a palavra final. Auxiliares de Meirelles tentam convencê-lo de que manter a meta e deixar a máquina pública entrar em shutdown (paralisação) seria um compromisso com a austeridade. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), saiu na mesma linha. “Minha posição é que a meta fiscal fique onde está”, disse no Twitter. Para técnicos da área econômica, o deputado, que tem interlocução com o mercado, quis mostrar apoio à austeridade. — Falta receita para fechar as contas com despesas obrigatórias elevadas — disse um membro do governo.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia / colunas****Autor: George Vidor****Título: Açucarado**

A demanda mundial por açúcar cresce ainda cerca de dois milhões de toneladas por ano. Países como o Brasil e os Estados Unidos têm consumo excessivo de açúcar por pessoa, o que contribui para a epidemia de obesidade aqui e lá. Mas há certas regiões do planeta em que o incremento no consumo do açúcar até se faz necessário para suprir as deficiências de alimentação das camadas mais pobres da população. A maioria dos países produtores consome todo o açúcar em seu próprio mercado interno. É o caso da Índia, por exemplo. O Brasil é o único que tem um excedente expressivo. Por isso responde pela metade das exportações mundiais do produto. Praticamente todo o açúcar brasileiro vem da cana, que não pode ser estocada como matéria-prima.

A cana precisa ser moída rapidamente depois de cortada, pois o teor de sacarose diminui em questão de horas. Daí que o plantio não pode ser feito a uma distância de mais de 50 quilômetros das usinas. O ideal é um raio de 25 quilômetros. O clima das zonas de produção não pode ser muito seco, e nem muito úmido. Só o investimento em tecnologia garante hoje a sobrevivência do setor sucroalcooleiro no Brasil. O maior produtor brasileiro (Grupo Cosan, associada à Shell na Raízen) monitora toda a produção dentro de uma sala semelhante à de uma torre de controle de aeroporto. Se um trator para de cortar cana, isso é identificado de imediato. Drones sobrevoam os canaviais para verificar falhas de plantio a tempo de serem corrigidas.

A produção de etanol de segunda geração começa a dar resultado, com custo decrescente. A geração de energia elétrica a partir da queima do bagaço de cana vem ganhando expressão no país. O etanol permanece pouco lucrativo para a maioria dos produtores, mesmo com os investimentos em tecnologia. Se as empresas tivessem condições de voltar atrás, provavelmente redirecionariam as usinas para a produção de açúcar, deixando o etanol de lado, o que é triste em termos ambientais, econômicos e financeiros, pois dependeremos mais da importação de gasolina.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Criatividade na crise**

Há pelo menos cinco empresas de Óleo e Gás do Rio que, com a crise, só conseguiram sobreviver nos últimos anos graças a valores ressarcidos junto à... Receita Federal. É que algumas companhias têm créditos fiscais acumulados, ou seja: pagaram mais impostos do que deveriam. Há casos de empresas que, num só ano, conseguiram reaver mais de R\$ 50 milhões que estavam com o Leão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Vinicius Neder****Título: Reajuste diário da Petrobrás demora a chegar às bombas**

Estatat começou a mudar preços quase diariamente no início do mês, mas valores têm variado pouco em postos

Desde o início de sua nova política de preços de combustíveis, no início deste mês, a Petrobrás já fez 18 reajustes, quase um por dia. O último começou a valer no sábado: queda de 0,2% no diesel e alta de 1% na gasolina. No acumulado do mês, sem considerar a elevação de impostos anunciada no dia 20, a gasolina ficou 2,6% mais cara nas refinarias e o diesel, 6,4%, conforme o Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

O "sobe e desce" ainda não chegou aos consumidores, mas, no longo prazo, a tendência é de queda. Desde que a Petrobrás passou a alinhar seus preços com o mercado internacional, em outubro de 2016, o preço da gasolina acumula queda de 13,8% e o do diesel, de 12,1%. Antes do estabelecimento da flutuação diária, as mudanças de preço eram mensais.

Um cenário semelhante ao dos Estados Unidos, com preços nas bombas mudando quase todo dia, porém, parece distante. Conforme levantamento da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre a semana encerrada em 1.º de julho e a encerrada em 22 julho, houve baixa para os consumidores, na média nacional: -1,31% na gasolina e -1,32% no diesel.

Os preços nas bombas não refletem o sobe e desce dos valores anunciados pela Petrobrás porque os distribuidores, que compram os combustíveis nas refinarias e revendem aos postos, estão segurando repasses, segundo José Alberto Gouveia, presidente do Sincopetro, sindicato dos donos de postos de São Paulo.

"No momento, está todo mundo perdido. Os reajustes estão tão constantes que não dá para mexer na bomba", disse.

Neste primeiro mês, a prática no mercado paulista tem sido segurar repasses inferiores a 2,5%, embora cada distribuidor tenha sua política de preços, acrescentou Gouveia. Procurado, o Sindicom, sindicato nacional das distribuidoras, não quis se manifestar.

Segundo o consultor John Forman, ex-diretor da ANP, em muitos países, é comum que a definição dos preços de combustíveis passe por decisões políticas, em função da maior ou menor presença do Estado na economia. No Brasil, não há regulação formal dos preços, mas, como a Petrobrás controla quase todas as refinarias, a estatal acaba tendo esse papel. Forman lembra que, principalmente no primeiro governo Dilma Rousseff, a estatal perdeu bilhões de reais ao segurar os preços da gasolina para evitar a inflação, enquanto os preços internacionais estavam nas alturas.

Mudança. Com a mudança na política de preços, no longo prazo a tendência é haver mais variação nos valores na hora de abastecer. Para Forman, a mudança é positiva. "A competição beneficia o consumidor final, enquanto se você tiver tudo regulado, o consumidor fica sujeito ao critério de quem fixou os valores", disse Forman. "No Brasil, temos a cultura de achar que a gasolina é diferente do arroz e do café", afirmou Adriano Pires, diretor do CBIE, lembrando que tanto o petróleo quanto os grãos são commodities cujos preços são cotados diariamente.

Entre consumidores, ainda há desconfiança com a variação diária dos preços. "Nos Estados Unidos, o preço sobe e abaixa. Aqui, nunca abaixa", disse abandon-cária paulistana Márcia Oliveira de Abreu, de 52 anos, que viaja ao Rio frequentemente a trabalho e abastecia o carro alugado no posto BR perto do Aeroporto Santos Dumont na última quinta-feira.

"O consumidor vai gostar menos. Vai ficar igualzinho ao supermercado na época da inflação. Todo dia tinha um preço diferente e a gente não sabia quanto ia pagar", disse Carlos Henrique Rosa Saldanha, frentista há 20 anos no Rio. "O preço da gasolina só sobe. Nunca vi baixar", disse iluminador Julio Katona, de 51 anos, enquanto abastecia após viagem de carro, a trabalho, por cidades da região serrana do Rio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Governo vai devolver R\$ 1,1 bi a consumidores**

Valor se refere a cobrança indevida feita nas contas de luz entre os anos de 2010 e 2012; devolução será parcelada em quatro vezes e se estenderá até 2021.

O governo devolverá ao consumidor um valor que recebeu a mais para compensar a queda de arrecadação que Estados da Região Norte teriam com novos investimentos em energia. O dinheiro foi mantido ilegalmente pela União por três anos e só será devolvido após cinco ofícios enviados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e depois de publicação de reportagem do "Estadão/Broadcast" sobre o assunto.

Ao todo, R\$ 1,13 bilhão, em valores atualizados, será devolvido a partir do ano que vem. Se fosse ressarcido de uma só vez, o consumidor teria uma redução de 0,8% na conta de luz. Mas a devolução será feita em quatro parcelas iguais, em 2018, 2019, 2020 e 2021 - serão R\$ 282,5 milhões por ano.

A proposta está em ofício enviado pelo secretário executivo do Ministério do Planejamento, Edvaldo Risso, ao diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino. Foi Rufino quem cobrou do governo a devolução dos recursos. O plano será incluído na previsão orçamentária do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) dos próximos anos.

Em ofício enviado em abril, o quinto desde 2014, revelado pelo Estadão/Broadcast, Rufino mencionou a arrecadação a mais, feita entre 2010 e 2012, realizada para compensar Estados que teriam prejuízo financeiro com a conclusão de obras de conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Apesar dos benefícios ao País e à população das regiões isoladas, haveria redução no uso de usinas termelétricas para suprir esses locais e, consequentemente, da arrecadação dos Estados da Região Norte com o ICMS incidente sobre combustíveis fósseis.

Uma lei de 2009 estabeleceu a cobrança extra, na tarifa de todos os consumidores do País, para compensar esses Estados pela perda arrecadatória. Entre 2010 e 2012, o governo arrecadou R\$ 747,8 milhões.

Desse valor, o Estado de Rondônia foi ressarcido com o recebimento de R\$ 51,3 milhões. Foi o único Estado que foi interligado nesse período. Sobraram R\$ 689

milhões, que ficaram no caixa do Tesouro, que, hoje, atualizados, atingem R\$ 1,13 bilhão.

A mesma lei também estabeleceu que eventuais saldos positivos decorrentes dessa arrecadação em 1.º de janeiro de 2014 deveriam ser devolvidos. Nos últimos três anos, porém, isso não aconteceu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Karla Mendes

Título: Ataques de piratas chegam ao eixo Rio-São Paulo

Principais alvos são terminais de armazenamento de combustível da Petrobrás em locais como Ilha do Governador e Porto de Santos.

Os ataques de piratas romperam as fronteiras da Amazônia e chegaram ao eixo Rio-São Paulo. Os principais alvos são os terminais de armazenamento de combustível da Petrobrás e de outras petroleiras na Ilha do Governador, no Rio, em São Sebastião e no Porto de Santos, no litoral de São Paulo. Assim como nas ocorrências da Amazônia, os criminosos agem encapuzados e armados e usam pequenos barcos pequenos de alta velocidade para acessar os terminais.

“O píer está em águas marinhas. A cerca das distribuidoras vai até o limite da água. Por dentro das instalações eles não vão, pois teriam de passar por portaria, unidades de destilação. Então, quando fazem alguma dessas ações, é pela água, que pertence ao Estado e deveria estar sendo vigiada”, explicou uma fonte ligada às distribuidoras de combustíveis.

Empresas que atuam na área de logística passaram a contratar serviços de segurança para evitar ataques de piratas. É o caso da Brasbunker, responsável por parte do transporte de derivados de petróleo da Petrobrás, que tem serviço de proteção patrimonial 24 horas para conter sobretudo o roubo de diesel.

“A empresa teve de criar sua própria área de segurança patrimonial para defender suas embarcações e cargas”, disse o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação de Tráfego Portuário (Sindiporto Brasil), Carlos Augusto de Souza Aguiar Cordovil, que comandou a diretoria de apoio portuário da Brasbunker por vários anos. Após a criação do departamento, ao custo de R\$ 1 milhão por ano, não houve mais registros de roubo de combustível, segundo Cordovil.

A Baía de Guanabara, porém, continua na mira dos piratas, que atacaram o navio Jean Charcot – que, segundo o presidente da Sindiporto Brasil, veio da Inglaterra

para o Brasil prestar serviços para a Petrobrás, e foi invadido em fevereiro de 2016.

O diretor da Federação Nacional de Petroleiros (FNP), Lourival Júnior, confirma as ocorrências. “Os piratas chegam à Ilha do Governador pela Baía de Guanabara. Adentram áreas da Petrobrás e trocam tiros com os vigilantes”.

Segundo fontes ligadas ao setor, o mesmo ocorre no litoral paulista, em áreas como o terminal da Transpetro, em São Sebastião, e o Porto de Santos. Segundo fonte das distribuidoras, o problema não se restringe à Petrobrás e afeta também outras companhias.

Além de combustível, os piratas roubam equipamentos de navegação das embarcações, como radares, afirma José Rebelo, vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária (Fenavega). “O combustível é sempre a principal motivação, pois é fácil de vender.”

Outro lado. Em nota, a Petrobrás negou a existência de registros de ataques piratas a seus ativos na Baía de Guanabara. A companhia informou que o navio Jean Charcot não prestou serviço à companhia. “A Petrobrás conta com segurança patrimonial para proteção da força de trabalho e das instalações. Há várias embarcações fundeadas na Baía de Guanabara e cada uma faz a gestão da sua segurança.”

A Petrobrás confirmou dois registros de tentativas de furto de combustível na Refinaria de Manaus e seis de furtos de materiais este ano no Terminal Aquaviário de Coari, mas negou roubos de equipamentos no Porto de Encontro às Águas, em Manaus.

A Marinha disse, também em nota, que se tratam de crimes comuns, de competência dos órgãos de segurança pública. A Polícia Civil de São Paulo disse não ter registros de ocorrência de ações de piratas. A Secretaria de Segurança Pública do Rio não se manifestou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Odebrecht Óleo e Gás prevê sair da "lista negra" da Petrobras em 2017

A Odebrecht Óleo e Gás (OOG), que opera sondas e plataformas de petróleo, espera que a empresa saia da "lista negra" da Petrobras até o fim deste ano, segundo o diretor de conformidade da empresa, Nir Lander.

"É uma projeção realista, pelo que já mostramos do ponto de vista técnico", diz ele, que afirma ter um "canal aberto" com a estatal e já expôs as medidas adotadas em duas ocasiões —a mais recente, na última semana.

Embora não esteja diretamente envolvida na Lava Jato, a OOG está impedida de participar das licitações da Petrobras —a empresa busca sair do bloqueio independente do grupo controlador.

"Queremos acelerar essa negociação, mas trabalhamos independentemente da Petrobras. Temos feito apresentações a clientes internacionais", afirma o executivo, que assumiu em outubro de 2016.

A empresa iniciou no mês passado um processo de análise de risco das 1.300 companhias prestadoras de serviços.

"Até agora, foram 200. Até o fim deste ano, todas terão sido analisadas", diz Lander. A avaliação vai de questionários a eventuais visitas in loco.

Os 3.500 funcionários também têm feito treinamentos para lidar com órgãos públicos e fornecedores.

Todas as secretárias da diretoria foram treinadas em uma sessão específica —o departamento de propinas do grupo foi revelado justamente em delação da secretária de Marcelo Odebrecht.

Raio-X

US\$ 5 BILHÕES

é a dívida da OOG, que está em renegociação com credores

R\$ 1,7 BILHÃO

foi o Ebitda no ano passado

R\$ 3,25 BILHÃO

foi a receita bruta em 2016

Velozes e furiosos

Sites de veículos usados notaram alta do interesse por carros movidos a gás natural depois dos aumentos das alíquotas de PIS e Cofins para gasolina, diesel e etanol.

Na OLX, o crescimento foi de 13,7%. "É um número significativo, que não acontece normalmente, diz Marcos Leite, vice-presidente executivo da empresa.

A alta não deverá se sustentar a longo prazo, afirma Fernando Miranda, diretor-executivo da Webmotors, onde as buscas cresceram 12%.

Outro modelo se beneficiou: carros híbridos com motor elétrico. Esses, no entanto, são pouco negociados, pois há poucos no mercado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Tesla lança carro elétrico mais barato para tentar tornar modelo rentável

A Tesla lançou nesta sexta-feira (28) os primeiros sedãs do Model 3, carro elétrico de US\$ 35 mil com o qual a empresa tenta tornar o modelo mais acessível e lucrativo.

O Model 3 é a aposta do presidente-executivo da companhia, Elon Musk, para atingir o mercado de massa. A montadora conta o novo modelo para tornar a Tesla, que hoje dá prejuízo, em uma empresa rentável.

Nesta sexta, Musk afirmou que o Model 3 teve quase 500 mil reservas. Ele entregou os 30 primeiros carros a empregados da Tesla que compraram o veículo.

O carro tem autonomia de 350 km com uma carga e representa a primeira aposta da Tesla fora do segmento de carros elétricos de luxo.

O Model S, também da Tesla, custa quase o dobro, a partir de US\$ 68 mil. O Model X sai por aproximadamente US\$ 90 mil.

Concorrentes como a General Motors já fabricam modelos voltados ao público de renda média. O modelo Chevrolet Bolt EV tem uma autonomia de 383 km com uma carga de energia completa e custa US\$ 37.495.

Antes do evento, Musk afirmou que seria "um grande desafio" produzir o carro durante os estágios iniciais de fabricação.

Uma versão do veículo com autonomia maior custará US\$ 44 mil e poderá percorrer 500 km com uma única carga.

O painel do carro tem uma tela de 15 polegadas sensível a toque localizada do lado direito do motorista.

As 500 mil unidades reservadas significam um aumento em relação às 373 mil reveladas em abril de 2016.

DESAFIOS

Será um desafio também para a montadora, considerando que as 500 mil unidades significam quase seis vezes a produção da Tesla no ano passado inteiro.

A Tesla já investiu US\$ 2 bilhões somente neste ano antes do lançamento do veículo.

Até agora, a montadora operava no segmento de veículos elétricos de luxo, mas a montadora deu um passo no sentido de massificar a operação e apostar em consumidores que podem apenas pagar poucos milhares de dólares a mais que o preço de um carro convencional nos Estados Unidos.

O último lançamento da Tesla foi o modelo de luxo Model X SUV, em 2015, que enfrentou diversos problemas de produção.

A Tesla divulgará seus resultados do segundo trimestre nesta quarta-feira, e os investidores estão interessados em uma atualização sobre a rapidez com que o seu produto está se expandindo depois que as entregas do primeiro semestre de 2017 ficaram no piso da previsão da própria empresa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor:

Título: Energia nuclear?

A geração de energia nuclear volta a ser discutida em nível mundial, diante da crescente demanda de energia elétrica para atender às necessidades do mundo moderno e de uma sociedade de consumo cada vez mais exigente. Em que pese o temor da repetição de um desastre como o da usina de Fukushima, ocorrido em 2011 no Japão, a energia gerada pela fissão do átomo pode ser uma das soluções viáveis para que fontes de energia suja, como a dos combustíveis fósseis (carvão, gás e óleo), sejam definitivamente deixadas de lado.

O desafio da comunidade internacional em assegurar a oferta de energia esbarra nas cada vez maiores restrições ambientais impostas à construção de usinas geradoras. Impossível, também, prover o consumo do planeta através das fontes renováveis, como a solar e a eólica, tanto pela questão econômica, quanto pela incapacidade de fornecimento ininterrupto. Necessário se faz,

então, a busca por fontes que assegurem segurança na oferta, redução dos gases de efeito estufa e viabilidade econômica.

Dentro dessa perspectiva, a energia nuclear pode ser alternativa para a solução do problema, desde que a comunidade científica encontre mecanismos capazes de garantir a segurança das populações e a preservação do meio ambiente. O certo é que o mundo continua a depender de matriz elétrica baseada em combustíveis fósseis, que vêm causando estragos ambientais em nível global, como o efeito estufa, responsável pelo aquecimento do planeta.

Além das restrições à emissão de CO₂, a ampliação do número de hidrelétricas encontra forte resistência pelos danos causados a ecossistemas que abrigam imensa diversidade da flora e da fauna. Sem contar a interferência na vida dos ribeirinhos, obrigados a deixar suas propriedades e sua história para trás quando se formam grandes represas para fornecer o propulsor às turbinas das usinas.

Como o mundo não vive sem energia elétrica, e para atender às demandas do desenvolvimento econômico e social sem comprometer o meio ambiente, faz-se necessário o debate sobre o incremento na utilização da energia nuclear. Atualmente, existem cerca de 440 reatores nucleares em atividade distribuídos por 30 países. De acordo com dados da International Energy Agency (IEA), 70 estão em construção, o que demonstra que a opção pela fissão do átomo já vem ocorrendo.

O que as autoridades globais devem fazer é investir pesado em pesquisas científicas para o desenvolvimento de tecnologias que garantam segurança às populações. O mundo não poderá abrir mão dessa fonte energética, menos poluente que os combustíveis fósseis, que poderá contribuir para o fim do aquecimento global — desde que não seja ameaça constante ao ser humano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Camila Schoti

Título: Sinal de preço e integração de gás natural e energia elétrica

Debates no setor elétrico e de gás natural têm ao menos um desafio em comum: conferir mais credibilidade à principal informação dos mercados

Dois setores de energia, fundamentais à competitividade da indústria brasileira, poderão passar por transformações profundas em seus modelos. As discussões acontecem, no setor de gás natural, com a bem-vinda iniciativa do governo, "Gás para Crescer", e no setor de energia elétrica, por meio das consultas

públicas 32 e 33/2017 do Ministério de Minas e Energia. Em ambos os casos estão em pauta temas que vão desde pequenos aperfeiçoamentos aos modelos de operação do sistema até princípios que afetarão o design de mercado que teremos no futuro.

Os dois setores trilham caminhos aparentemente inversos. Enquanto o setor de gás natural parte da necessidade de diversificar a produção, otimizar a operação do sistema de transporte e fomentar a livre comercialização para alcançar um sinal de preço mais adequado, no setor elétrico deficiências no sinal têm a ver com imprecisões nos modelos computacionais que orientam a operação e que afetam também a expansão e a comercialização de energia. Por isso, ambos os setores discutem como melhor alocar riscos e custos de maneira a induzir ganhos de produtividade. As direções apontadas nas reformas, apesar de contrárias à primeira vista, são naturais para setores com níveis de maturidade tão distintos.

A indústria de gás natural ainda é um monopólio verticalmente integrado: a Petrobras atua com grande participação em praticamente todos os elos da cadeia. A estatal é responsável por cerca de 80% da produção de gás natural nacional e responde pela totalidade do gás comercializado, inclusive o gás importado. Embora em meio a um processo de venda de ativos, ainda tem relevante participação no segmento de transporte e mantém o papel de gestora de toda a malha. Quando o gás chega nas distribuidoras, há lá também participação da estatal.

A estrutura tem gerado o que os livros de economia mais básicos ensinam: sinais de captura do excedente do consumidor em favor do monopolista e/ou subsídios cruzados implícitos, com suas distorções correspondentes. Está claro que o sinal de preço está contaminado por falhas de mercado e ineficiências.

Mas esse cenário adverso poderá ficar para trás se o produto das discussões fomentadas no âmbito do Gás Para Crescer prosperar no governo e, depois, no Congresso. Após um intenso processo de participação e diálogo técnico entre os agentes sobre os principais elos da cadeia do gás natural, formou-se um sólido consenso entre associações setoriais e empresas acerca de propostas necessárias para modernizar a legislação vigente. Uma agenda mínima necessária para garantir resultados futuros foi apresentada ao governo.

O objetivo é promover um sinal de preço adequado ao final de toda a cadeia, por meio de algumas medidas fundamentais: fomentar o compartilhamento de infraestruturas essenciais para assegurar a diversificação da oferta, garantir acesso de terceiros a gasodutos de transporte - uma barreira de entrada importante -, derrubar empecilhos de acesso aos consumidores, criar melhores ambientes de mercado e aperfeiçoar as regulações estaduais.

Sinal de preço e suas imperfeições também fazem parte das discussões do setor elétrico. Fragilidades nos modelos matemáticos relacionadas à representação das condições do suprimento e aversão ao risco de abastecimento resultam em sinais de preço de curto prazo que, com excessiva frequência, geram encargos aos consumidores, isto é, custos adicionais àqueles previstos e gerenciados em contratos, e que podem ser mitigados. Esses encargos são decorrentes de despachos de usinas térmicas fora da ordem de mérito de seus custos, mais frequentes em tempos de hidrologia desfavorável, condição que tem ainda um efeito secundário: geram outros custos aos consumidores porque reduzem a possibilidade de oferta de usinas hidrelétricas através de mecanismo chamado Mecanismo de Realocação de Energia. Neste caso, a deficiência no sinal de preço acaba gerando ainda mais custos sem a gestão ou previsão dos consumidores.

Na comercialização e na expansão, um sinal de preço ineficiente e de pouca credibilidade promove riscos financeiros que reduzem os incentivos ao desenvolvimento de um mercado mais maduro, moderno, com a presença, por exemplo, de bolsas de energia. No limite, a própria liquidez acaba sendo afetada e retroalimentando efeitos negativos no setor. Por exemplo, a percepção de riscos elevados e incertezas em relação ao futuro associados à venda de energia - que seriam mitigados com mecanismos de mercado mais modernos - encarecem os financiamentos para expansão da oferta, levam a preços de longo prazo elevados e induzem à criação de mecanismos de contratação ineficientes. Não à toa, as consultas públicas do MME transitam por propostas que buscam reverter esse quadro, sinalizando por exemplo a redução do intervalo de definição de preços para, no máximo, horário - hoje a definição é semanal - e maior transparência acerca dos modelos matemáticos que definem estes preços.

Desenvolver um sinal de preço crível, que permitirá uma operação mais eficiente, uma expansão mais competitiva, um mercado mais líquido e encargos cada vez menores é, portanto o principal desafio do setor de energia. E o que torna tudo isso ainda mais desafiador é que os preços destes mercados deverão ser, no futuro, muito mais correlacionados. A crescente necessidade de geração termelétrica para firmar a energia de fontes intermitentes, isto é, a disponibilidade de geração termelétrica para garantir o abastecimento de energia em momentos em que fontes como eólica e solar não estão gerando, aumentará a dependência do setor elétrico ao mercado de gás natural, e vice-versa. No futuro, talvez não tão distante, um será tão mais eficiente quanto for o outro e os sinais de preço, mais do que hoje, serão essenciais.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Incêndio em refinaria

Um incêndio levou a Shell a fechar, ontem, a refinaria de Pernis, em Roterdã, na Holanda, a maior da companhia na Europa. O fogo começou em uma estação de transformação de eletricidade de alta voltagem na unidade e atingiu 3 de 60 caldeiras instaladas na refinaria. O incêndio começou na madrugada e foi controlado pela manhã, segundo o porta-voz da companhia, Thijs van Velzen. Não houve feridos e a causa do incêndio ainda está sendo investigada. O desligamento da refinaria levou a empresa a queimar o excesso de gases na planta, lançando grandes labaredas pelo ar. A unidade de Roterdã tem capacidade de refinar até 400 mil barris de petróleo por dia. Van Velzen disse que não iria comentar as implicações financeiras do fechamento da unidade

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Camila Maia, Daniel Rittner e Rodrigo Polito | De São Paulo, Brasília e do Rio**Título:** Cemig usa crise para empurrar acordo

Endividada e pressionada pelos credores, a Cemig aumentou a pressão sobre o governo em mais uma tentativa de manter as concessões das hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande. Enquanto a companhia tenta aproveitar o agravamento da crise política e fiscal para pressionar a União, a possibilidade de um acordo com a estatal mineira é descartada pelo governo, que deve apenas fazer ajustes no edital para adaptá-lo às exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

Nas últimas semanas, a companhia dobrou a aposta para manter as quatro usinas. Tentou uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a relicitação dos ativos, a bancada mineira no Congresso Nacional entrou em campo e uma carta assinada pela cúpula da empresa e do governo de Minas Gerais foi publicada nos grandes jornais.

A estratégia da Cemig, segundo uma fonte que acompanha o desdobramento do caso, é tirar vantagem do momento político delicado de Michel Temer para conseguir reverter o impasse. Na prática, a ideia é aproveitar que o presidente precisa do apoio de deputados do Estado para derrubar a denúncia contra ele no plenário da Câmara para obter um acordo com a União sobre a manutenção das usinas.

Ainda assim, as últimas propostas de acordo apresentadas à União foram rejeitadas, e continua não havendo disposição dentro do governo de se chegar a um denominador comum com a empresa. O **Valor** apurou que não haverá nova manifestação sobre isso por parte do governo antes da votação da denúncia na Câmara, nesta quarta-feira, mas acordo continua sendo descartado.

Na semana passada, a Cemig apresentou uma proposta para ficar com as usinas de forma "compartilhada" com a União por 30 anos, que poderia licitar sua fatia minoritária nas usinas, levantando cerca de R\$ 6,5 bilhões. Uma segunda proposta apresentada também naquela data - e também já rejeitada - previa renovar as concessões por 50 anos. Nesse cenário, a Cemig seria minoritária dos ativos, com cerca de 33% de participação, e o governo conseguiria arrecadar os R\$ 11 bilhões da outorga previstos no orçamento deste ano com a licitação da fatia restante, pelo prazo de 50 anos.

Ao reforçar essa proposta, a Cemig apela para o lado fiscal fragilizado. Se o governo continuar contra um acordo, a estatal mineira promete trabalhar sem descanso para impedir o leilão, previsto para setembro. Com isso, a União teria que escolher: ou cede e arrecada os R\$ 11 bilhões da outorga, ou arrisca-se a ter um leilão vazio, devido ao receio dos investidores diante do risco jurídico.

Técnicos do Ministério de Minas e Energia e do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) resistem a um acordo. Além de haver um entendimento de que a Cemig não tem, como alega, o direito inquestionável à renovação automática das concessões das usinas por mais 20 anos - e sim o direito, já negado, de solicitar as renovações -, há um receio de que um acordo crie um precedente perigoso para todas as concessões do país. Outras concessões, mesmo de outras áreas, como transportes, poderiam pedir condições semelhantes às da Cemig no caso dessas usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) votaria amanhã o edital de relicitação das usinas, mas o assunto foi retirado de pauta para que o documento possa ser ajustado de acordo com as mudanças que o TCU pediu. O bônus de outorga das usinas, de R\$ 11 bilhões, pode ficar ainda maior após essas adaptações no edital. A remuneração para o custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês) foi fixada em 8,08% ao ano. Para o TCU, esse índice é alto para empreendimentos já operacionais e com baixíssimo risco, seja ambiental ou de engenharia.

Não há, no acórdão do tribunal de contas, uma ordem expressa sobre qual índice deve ser usado. Houve sinal verde para a realização do leilão. O TCU só exige que uma nova taxa de retorno, a ser definida em nota técnica do Tesouro Nacional, corrija o índice adotado originalmente.

Na prática, o tribunal avalia que a futura concessionária das usinas pode ganhar dinheiro demais com a remuneração atual. Isso pode ser corrigido de duas formas: ou diminui-se a tarifa definida de R\$ 137,60 por megawatt-hora (e assim quem assumir as hidrelétricas recebe menos ao longo dos próximos 30 anos) ou aumenta-se o bônus fixado inicialmente em R\$ 11,055 bilhões (e a concessionária preserva o fluxo de caixa projetado, mas paga mais logo de cara).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Vestas defende leilões de geração

A fabricante dinamarquesa de componentes de geração de energia eólica Vestas enxerga a necessidade de realização de pelo menos um leilão de energia no Brasil ainda neste ano, o que poderá abrir espaço para a contratação de novos parques eólicos, que por sua vez, proporcionarão novas encomendas de equipamentos no país.

A constatação é do presidente da companhia para o Brasil e o Cone Sul, Rogério Zampronha, com base no leilão de cancelamento de contratos de energia de reserva, marcado para o fim de agosto, e a recente descontração de 1.367 megawatts (MW) médios de projetos do tipo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

"Nossa visão é de que, sim, haverá um leilão este ano de tamanho [de contratação] respeitável", afirmou o executivo ao **Valor**. Segundo ele, há necessidade técnica de contratação de energia pelas distribuidoras a partir de 2020 e 2021. "Este é o cenário com o qual trabalhamos hoje".

Zampronha também enxerga bons sinais do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2026, colocado em consulta pública este mês pelo Ministério de Minas e Energia, e que prevê um acréscimo de capacidade instalada de energia eólica anual entre 1.800 MW e 3.100 MW, entre 2021 e 2026. "O PDE sinaliza o que podemos esperar de demanda [por equipamentos] no longo prazo.

Desde esta semana, o executivo, que respondia apenas pelo Brasil, passou a coordenar também as operações do grupo em todo o Cone Sul - Além de Brasil, a região envolve Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

"Temos uma atuação muito forte no Chile e no Uruguai e temos mais de 50% de participação de mercado na Argentina. E é interessante ter o Brasil como centro dessa operação", explicou o executivo, acrescentando que a companhia tem

uma carteira de 4 gigawatts (GW) de capacidade em equipamentos fornecidos para projetos em operação ou construção no Cone Sul.

Em termos globais, em 2016, a Vestas registrou faturamento de 10,2 bilhões de euros (cerca de R\$ 37,3 bilhões). Para este ano, a meta do grupo é de um faturamento entre 9,25 bilhões e 10,25 bilhões de euros.

Com relação à reforma do setor elétrico, proposta pelo ministério de Minas e Energia, o executivo disse que a iniciativa é positiva. "Esta reforma dá força para o mercado livre [que será totalmente aberto a indústrias até 2028], o que é muito bom".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti

Título: Unipar sai do controle da Tecsís após 6 anos

A Unipar decidiu, na semana passada, sair do controle da fabricante de pás eólicas Tecsís, devido à grave crise da companhia. O investimento foi feito há seis anos, em parceria com a boutique de negócios Estáter Gestão e Finanças e o BNDES, quando considerava se tornar uma espécie de holding gestora de participações em outros negócios. Agora, para deixar a empreitada, terá de pagar à controlada sua parte nos passivos sem cobertura, de R\$ 110 milhões.

A Estáter também comanda politicamente a Unipar, desde setembro de 2016, quando assumiu o controle com usufruto das ações da família Geyer. Assim, um efeito colateral do movimento é uma espécie de descruzamento de participações. Unipar e Estáter eram co-controladoras da Tecsís.

Por isso, o desinvestimento foi aprovado pelo conselho de administração da Unipar por unanimidade, mas sem o voto de Pércio de Souza, que se declarou impedido no tema, segundo a empresa informou ao **Valor**. O colegiado, presidido por Pércio, tem atualmente cinco membros, dos quais quatro são independentes - Máilson da Nóbrega, Francisco Olsen, Yan Tironi e o membro indicado pelos minoritários, Daniel Alberini.

O desembolso da Unipar é referente a sua proporção no capital, de 18%, sobre o passivo. Do total, R\$ 55 milhões serão pagos à vista, principalmente para questões trabalhistas, e o restante em duas parcelas até o fim do ano, sob condições precedentes. O valor estava provisionado pela Unipar desde o primeiro trimestre, como possível perda, diante da crise da Tecsís. O pagamento tem efeito caixa, mas sem novo impacto no balanço.

O sonho da Tecsis, que já foi uma badalada companhia de tecnologia em energia, não se confirmou para nenhum dos sócios. Sair do negócio foi uma decisão tomada pela diretoria executiva da Unipar, segundo informou a companhia ao **Valor**, diante da acentuada piora por causa da ruptura de contrato com por seu maior cliente. Desde 2016 até agora, a empresa demitiu 5,5 mil funcionários.

Em 2016, o negócio já havia causado perda de R\$ 39 milhões ao balanço da Unipar, tornando-se alvo de queixas de minoritários. Neste ano, o quadro se agravou e a Tecsis está quase parada, com atividade mínima desde meados de maio. Há algumas semanas, iniciou uma renegociação com os credores e a saída da Unipar teve como função evitar a contaminação dos riscos financeiros deste processo.

"Sair de um negócio pagando prejuízo não deixa ninguém contente. Mas era o melhor a ser feito pela Unipar, que assim trava a perda, e tinha que ser já", disse o conselheiro Alberini, que é também minoritário, em entrevista.

Em 2011, quando investiu na Tecsis US\$ 80 milhões, a Unipar tinha excesso de caixa após vender sua participação na Quattor. A única atividade que restou na época foi 50% da Carbocloro. No fim de 2013, após não vingar a ideia de ser uma gestora de participações, a Unipar comprou a metade restante da Carbocloro e, em maio do ano passado, a Indupa.

Com a compra da Indupa, Frank Geyer preparava sua volta à gestão da Unipar após fazer acordo de delação na Lava-Jato. Foi quando se deu conta que sua presença gerava restrições de crédito sérias e, por isso, cedeu o controle em usufruto à Estáter, por cinco anos.

A saída da Tecsis chegou no auge de uma disputa sobre o fechamento de capital da Unipar, entre a Vila Velha, a holding controladora, e o maior acionista minoritário, Luiz Barsi, que tem quase 15% do capital da química e vem tentando conseguir um aumento da proposta pelas ações dispersas na bolsa, junto com outros pequenos acionistas da empresa.

"O momento da divulgação foi ruim. Mas seria pior depois da oferta. A empresa poderia ser acusada de omitir informações e esse debate começou internamente há apenas 15 dias", explicou Alberini. Como é relevante, a notícia gerou a suspensão do leilão de fechamento de capital antes previsto para sexta-feira, por até três dias úteis.

O **Valor** apurou que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) está observando de perto essa transação, tanto a atuação do controlador e dos administradores, no fornecimento de informações, como também dos acionistas de mercado na

bolsa. Há indícios de que alguns minoritários estão trocando entre si posições no papel, o que estaria puxando as cotações. Consultada, a autarquia afirma que não comenta casos específicos.

Quando a família Geyer decidiu no fim de 2015 tirar a Unipar da bolsa, o valor de mercado da empresa estava parado em torno de R\$ 360 milhões. Na sexta-feira, após distribuir R\$ 363 milhões em dividendos extraordinários, a empresa fechou o pregão avaliada em R\$ 807 milhões. Diante da reação negativa do mercado, o **Valor** apurou que o controlador deve desistir da oferta. As ações da Unipar já indicavam a frustração do leilão, com as cotações muito distantes do valor ofertado. O preço anunciado é de R\$ 2,95 para as ON, R\$ 2,40 para as PNA e R\$ 2,50 para PNB. Enquanto os fechamentos de sexta-feira foram, respectivamente, de R\$ 10,36, R\$ 10,31 e R\$ 9,26.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: Usiminas começa a reverter má fase com lucro no ano

A Usiminas fechou o segundo trimestre com números positivos e reforçou suas apostas em um cenário de aquecimento da demanda interna por aço, depois de três anos seguidos de queda. Mesmo depois de o Instituto Aço Brasil revisar para baixo a projeção de vendas internas neste ano. A empresa conta ainda com retomada das exportações de minério de ferro, a princípio para o mercado chinês.

A empresa, que tem como controladores o grupo japonês Nippon Steel e o ítalo-argentino Ternium / Tenaris, vem obtendo uma melhora de resultados desde o terceiro trimestre de 2016. Desde então, registra lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) positivos.

Entre abril e junho, o Ebitda foi de R\$ 710,5 milhões, 1.072% de alta na comparação anual. O balanço divulgado sexta-feira mostrou lucro atribuído aos controladores de R\$ 117,1 milhões, ante prejuízo de R\$ 129,4 milhões um ano atrás. Resultado foi puxado por aumento de 10% no volume de vendas, que alcançou 990 mil toneladas - com aumento de exportação.

O presidente da Usiminas, Sérgio Leite, que assumiu no fim de março, disse ao **Valor** que, apesar da ligeira revisão recente para baixo da previsão de crescimento da economia em 2018 (de 2,5% para 2%), a visão do setor é otimista. "Trabalhamos com perspectiva de crescimento de 8% a 10% do consumo no mercado interno em 2018", disse. A projeção, após três anos no

vermelho, é que 2017 se encerre com aumento de 1,1% do consumo interno de aços planos e longos.

Os sinais, segundo ele, ainda não são fortes o bastante para a empresa religar os dois alto-fornos da unidade de Cubatão (SP), onde toda a área primária está desativada desde janeiro de 2016. Mas os sinais sustentam o religamento de um alto-forno menor em Ipatinga (MG), já em curso.

Os investimentos deste ano são praticamente todos para a manutenção da capacidade de produção de aço. No primeiro semestre, foram R\$ 57 milhões, mas no segundo a previsão é quadruplicar ou quintuplicar essa cifra. "Vamos fechar o ano num patamar de R\$ 250 milhões a R\$ 300 milhões. O grosso dos recursos é na siderurgia", disse Leite. O religamento em Ipatinga custará R\$ 80 milhões - sendo R\$ 25 milhões neste ano.

Além do cenário mais otimista para a siderurgia, Leite vê uma melhora do ambiente para a mineração de ferro e diz que a empresa vai voltar a exportar a commodity. "Estamos praticamente sem exportar nada, mas agora estamos fazendo uma reativação da mineração e nosso plano é exportar 800 mil toneladas de minério de ferro até o fim do ano - cinco a seis navios", disse o executivo.

"A princípio, a maior parte será para China", afirmou, acrescentando que ainda não tinha uma avaliação sobre a proposta do governo de criar alíquotas progressivas para exportação do minério de ferro, vinculadas aos preços do produto no mercado global.

Sobre o processo de renegociação da dívida da Usiminas, Leite disse que aguarda a posição de bancos japoneses que detêm parte dos bônus emitidos pela empresa. São US\$ 180 milhões em bônus com vencimento em janeiro de 2018. No ano passado, a companhia negociou com os donos dos títulos (BNDES e bancos brasileiros e japoneses) resgatar metade e renegociar prazo de vencimento.

Mas houve mudança de rumo. "Chegamos à conclusão que a melhor opção é resgatar o valor total em janeiro de 2018", disse. O BNDES e os bancos brasileiros, que representam 70%, aceitaram. Com os japoneses foi acertado um prazo até 31 de agosto para definição.

A dívida líquida da companhia, no fim do trimestre, mostrou alta de 12%, para R\$ 5 bilhões na comparação com o primeiro trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Lucas Marchesini****Título: Ipiranga e Ale propõem ao Cade venda de postos**

As empresas de distribuição de combustíveis Ipiranga e a Ale esperam convencer o plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a permitir sua união com a venda de postos e unidades de infraestrutura conhecidas como bases de tancagem. Além disso, as restrições para as operações envolveriam também remédios comportamentais, como são chamadas as medidas que não envolvem a venda de ativos.

Essas bases de tancagem são essenciais no setor de distribuição de combustível. O produto chega através de dutos em uma base conhecida como primária. A partir daí, elas seguem para outro entreposto, chamado de secundário, por rodovia, hidrovía ou dutos.

O julgamento do ato de concentração - nome dado no Cade a processos que envolvem fusões e aquisições de empresas - está marcado para a próxima quarta-feira. Na sessão, o relator João Paulo Rezende deverá apresentar a operação para, em seguida, o plenário tomar uma decisão.

O caso tem atraído muita atenção. A Superintendência Geral (SG) do Cade fez um parecer duro sobre o negócio. De acordo com o texto, a compra da Ale pela Ipiranga era "particularmente grave" para o setor, "eliminando a quarta marca do mercado, a única dentre as grandes com perfil de embandeiramento diferenciado e menos propício a cartelização".

Para a SG, o negócio é "preocupante". "Se ela for aprovado, a Ipiranga, a Raízen e a BR Distribuidora [três principais empresas do setor] estarão em zona confortável para induzir ou impor a coordenação sobre centenas de mercados relevantes de revenda espalhados por todo o país, em grandes e pequenas cidades", prosseguiu.

O advogado Artur Villamil, que representa a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), classificada como terceira interessada no caso, apontou que os remédios comportamentais precisam incluir a saída dos postos bandeirados da Ale, um controle comportamental de diferenciação de preços e algum dispositivo que evite a imposição do modelo de postos completos da Ipiranga, que incluem, por exemplo, lojas de conveniência obrigatórias.

"Também acho que medidas estruturais podem ser prudentes. Para a revenda de combustível, remédios comportamentais seriam mais relevantes, mas pensando mais amplamente como mercado e preservação de concorrência, algumas questões relacionados a acesso a base são importantes de serem definidas", apontou.

O advogado Mario André Cabral, que representa outra terceira interessada, a refinaria de Manguinhos, pontuou que "a Ale é um fator que garante mais rivalidade no mercado e a saída dela vai fazer com que o mercado perca significativamente em competitividade". "É verdade que a Alesat tem atuação mais robusta no Norte e Nordeste, mas ela está presente nos outros estados. Ela é a única regional que conseguiu incomodar as grandes. Das pequenas, foi a única que conseguiu se destacar para chegar perto das grandes", disse.

A reprovação da fusão da Kroton com a Estácio aumentou as expectativas envolvendo outros setores. Apesar das especificidades de cada caso, pessoas que acompanham as decisões do Cade ressaltaram que o veto à criação da gigante no setor educacional poderia significar uma postura mais rigorosa da autarquia em relação a setores concentrados.

MME / ASCOM